

# Predicados de atitude proposicional como marcadores de evidencialidade

Valéria Vendrame<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista  
“Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)  
valvendrame@yahoo.com.br

**Abstract.** *The aim of this paper is to analyze, through the Functional Grammar perspective, the complex constructions with propositional attitude predicates which code evidentiality. The results show that the propositional attitude predicates, despite being prototypical markers of inferred evidentiality, are also used to indicate hearsay evidentiality.*

**Keywords.** *evidentiality; propositional attitude predicates; Functional Grammar.*

**Resumo.** *O objetivo deste trabalho é analisar, a partir da perspectiva da Gramática Funcional, as construções complexas com predicados encaixadores de atitude proposicional que codifiquem evidencialidade. Os resultados obtidos mostram que os predicados de atitude proposicional, apesar de serem marcadores por excelência de evidencialidade inferida, também são utilizados para indicar evidencialidade relatada.*

**Palavras-chave.** *evidencialidade; predicados de atitude proposicional; Gramática Funcional.*

## 1. Os predicados de atitude proposicional na Gramática Funcional

Dik (1997) propõe uma tipologia dos predicados encaixadores com base em suas propriedades semânticas e nas diferentes camadas de organização da estrutura subjacente da oração. São distinguidos, dessa forma, três tipos de complementos: i) predicções encaixadas (complementos encaixados – doravante CE – em predicados como “querer”, “conseguir”), ii) proposições encaixadas (CE em predicados como “achar”, “parecer”), e iii) orações encaixadas (CE em predicados como “dizer”). Tais CE podem preencher as posições de argumentos, quando correspondem aos sujeitos ou objetos da oração matriz, e de satélites, quando correspondem a orações adverbiais.

De acordo com essa tipologia, os predicados de atitude proposicional especificam a atitude (intelectual ou emocional) de uma pessoa em relação aos fatos possíveis designados pelo complemento proposicional. O CE nesse tipo de predicado é do tipo proposicional, uma vez que dizer que alguém acredita em um conteúdo X é dizer que essa pessoa aceita X como uma proposição verdadeira. É importante ressaltar, no entanto, o caráter não-factivo desse tipo de predicado. Apesar de o falante, ao utilizar um predicado de atitude proposicional, aceitar o conteúdo de X como verdadeiro, ele não está totalmente comprometido nem com a verdade nem com a falsidade da informação contida no CE. Vejamos os exemplos a seguir:

(1)a. Pedro acredita que Maria está doente (e, de fato, ela está).

b. Pedro acredita que Maria está doente (mas, na verdade, ela não está).

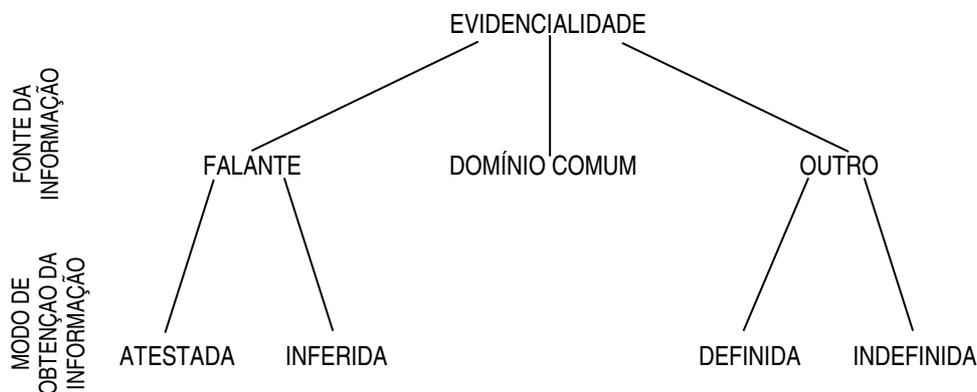
Tanto em (1)a. quanto em (1)b., Pedro aceita como verdadeiro o fato de Maria estar doente, no entanto, a realização do estado-de-coisas (EsCo) presente no CE pode ou não ocorrer, independentemente da crença de Pedro. Em comparação com predicados factivos (como “saber”), que implicam no comprometimento do falante com relação à verdade do conteúdo do CE, os predicados de atitude proposicional conferem, ao enunciado de que fazem parte, um grau diminuído de confiabilidade.

Com relação às funções semânticas exercidas pelos CE, Dik (1997) diz que eles podem ocupar qualquer posição de termo que lhes forem compatíveis. No caso dos predicados de atitude proposicional, os CE podem ocupar tanto a posição de sujeito quanto a de objeto, encaixando informação essencial para a integridade da oração como um todo da mesma forma que fazem os argumentos compostos por termos.

Segundo o autor (DIK, 1997), há uma variedade de tipos de CE nas línguas em geral, mas há padrões recorrentes entre as diversas línguas que diferenciam esses tipos. De um modo geral, os CE são distinguidos em complementos finitos e não-finitos. O primeiro tipo contém um predicado que pode ser especificado pelas mesmas distinções características das orações principais, como tempo, aspecto, modo, pessoa. O segundo tipo se difere do primeiro no sentido de não poder funcionar como oração principal, uma vez que o predicado do CE geralmente não possui concordância de pessoa, número e gênero e não tem distinções de tempo, aspecto e modo.

## 2. Os predicados de atitude proposicional na codificação de evidencialidade

A evidencialidade diz respeito à explicitação da fonte da informação contida em um enunciado. Em língua portuguesa, diferentemente de outras línguas, a codificação da evidencialidade acontece primordialmente por meios lexicais, sendo os predicados de atitude proposicional uma das formas de codificação de alguns tipos evidenciais.<sup>1</sup> A tipologia dos evidenciais empregada neste trabalho está baseada nos estudos de Willet (1988), Botne (1997) e Dall’Aglio-Hattner (2001) e é apresentada a seguir:



**Figura 1. Fontes da informação e modos de obtenção da informação**

Quando a fonte da informação é o próprio falante, ele pode explicitar o modo como a informação chegou a seu conhecimento: de forma atestada ou inferida. Se o

falante “viu”, “ouviu”, ou obteve a informação por meio de algum outro contato sensorial, ele pode utilizar um verbo de sentido para mostrar que a informação que apresenta é “atestada”. O falante também pode ser a fonte de uma informação obtida por meio de uma inferência própria.

Por meio da evidencialidade de domínio comum, a informação é apresentada como um conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte, não havendo a necessidade de explicitação da fonte da informação porque ela é amplamente conhecida. Além disso, a informação é apresentada como algo verdadeiro e incontestável, independentemente do modo de obtenção dessa informação, que não se pode e nem se precisa recuperar.

Quando a fonte da informação é diferente do falante, a única forma de o falante tê-la obtida é por meio de um relato. Este, no entanto, pode ser de dois tipos: um relato apresentado com uma fonte definida (o falante obtém a informação de uma fonte externa e explícita qual ou quem é essa fonte) ou um relato apresentado com uma fonte indefinida (o falante apenas indica a existência da fonte, sem explicitá-la).

### 3. Análise dos dados

De acordo com as tipologias dos predicados encaixadores e dos evidenciais expostas nas seções anteriores, analisamos todos os casos de predicados encaixadores de atitude proposicional que ocorreram em nosso corpus.<sup>2</sup> Os resultados são apresentados a seguir:

**Tabela 1. Tipo de evidencial**

TIPO DE EVIDENCIAL	<i>Predicado de atitude proposicional</i>	
	N	%
Inferida	67	89
Domínio comum	2	3
Relatada definida	6	8
TOTAL	75	100

Como podemos observar, os predicados de atitude proposicional foram usados na codificação de três tipos de evidencialidade: inferida, de domínio comum e relatada com fonte definida. Este tipo de predicado, por expressar uma atitude mental do próprio falante, é o marcador prototípico de evidencialidade inferida, como vemos nas ocorrências a seguir:

- (2) *Acreditamos* que os compostos com disque- não se enquadram em nenhuma dessas divisões: não se trata de um agente, de um instrumento ou de um local, mas sim de um serviço oferecido à população por determinada empresa. (A)
- (3) A formação de um espaço perivitelínico, para o qual se dirigem essas projeções, *parece* indicar que aí possa preliminarmente se acumular o material utilizado nas trocas. Todavia, ressalte-se que apenas a visão morfológica não é suficiente para esclarecer a fisiologia de cada tipo de célula (ovócito, célula folicular). (N)

Apesar de tanto “acreditar” quanto “parecer” codificarem a informação presente no CE como uma inferência do próprio falante, percebemos que o efeito de sentido causado pelo uso de um ou outro predicado é diferente. O predicado “acreditar”, mesmo com sujeito oculto, como ocorreu em todos os casos, carrega a desinência de primeira pessoa e, portanto, confere um maior comprometimento do falante em relação a seu enunciado, quando comparado com as construções com “parecer”.

Nos únicos dois casos em que foram usados predicados de atitude proposicional na codificação de evidencialidade de domínio comum, a indeterminação do sujeito não acarreta na indefinição da fonte. Nesses casos, o contexto deixa claro que a informação contida no CE é amplamente conhecida, dispensando a identificação precisa da fonte primeira dessa informação, como ilustrado a seguir:

- (4) *É de acreditar* que essas atividades venham a acompanhar os impactos transformadores da ciência e da tecnologia, contribuir para a divulgação do saber e propiciar a reformulação de idéias, noções e conceitos. (A)

Os predicados de atitude proposicional usados na codificação de evidencialidade relatada de fonte definida foram encontrados em apenas seis casos. Nessas ocorrências, o falante atribui a outra pessoa uma atitude mental, como ocorre em (5):

- (5) *Schiffrin acredita* que comparar diferentes estruturas textuais é uma aplicação viável da análise variacionista que pode contribuir não só para nosso conhecimento da variação no nível do texto, como para a nossa identificação de instâncias de gêneros. (A)

Nesse caso, o falante também indica como a fonte obteve a informação: por meio de uma inferência. O grau de confiabilidade do enunciado é então diminuído pelo emprego de um verbo que não compromete a fonte da informação nem com a verdade nem com a falsidade da informação.

Apesar de termos observado que, nos casos de evidencialidade relatada de fonte definida codificados pelos predicados de atitude proposicional, está implícito o modo como a fonte da informação a obteve, não nos propomos a expandir a tipologia dos evidenciais a ponto de incluir também o modo como uma terceira pessoa obteve a informação exposta por um escritor. A inclusão desse outro nível de análise levantaria um questionamento: até que ponto o uso de um predicado de atitude proposicional, como “acreditar”, em um relato refletiria exatamente o modo de obtenção da informação (no caso uma inferência) por parte de uma terceira pessoa, visto que quem determina o tipo de verbo a ser usado em um relato é o próprio escritor? No caso de uma inferência do próprio falante, está claro que o falante decide como apresentar sua própria afirmação (como uma informação inferida). No caso de uma inferência de uma terceira pessoa, é o falante que também decide como apresentar a informação do outro. Dessa forma, um relato passa sempre pelo filtro do falante e, portanto, seria precipitado dizer que todos os casos de relato com predicados de atitude proposicional correspondem efetivamente a uma inferência de uma terceira pessoa.

No tocante à natureza argumental do CE, observa-se que, dependendo da fonte da informação, a CE pode assumir a função de sujeito ou de objeto. Na Tabela 2, a seguir, vemos os números referentes à natureza argumental dos CE correlacionados com os subtipos de evidencialidade:

**Tabela 2. Natureza argumental do CE**

TIPO DE EVIDENCIAL	<i>Natureza argumental do CE</i>			
	Objeto		Sujeito	
	N	%	N	%
Inferida	16	67	51	100
Domínio comum	2	8	-	-
Relatada definida	6	25	-	-
TOTAL	24	100	51	100

Nos casos em que o predicado de atitude proposicional codificou evidencialidade inferida, o CE ocorreu tanto na função de objeto quanto na de sujeito. Na ocorrência abaixo, temos casos de evidencialidade inferida com o CE na função de objeto:

- (6) *Acredito*, no entanto, que sem uma teoria do discurso que procure integrar os aspectos formais e os funcionais não se conseguirá avançar muito na análise dos gêneros. (A)

Nesses e em todos os outros casos desse tipo, a fonte da inferência é dada como sujeito oculto do predicado matriz na primeira pessoa do singular, demonstrando que o falante é o responsável pela inferência. Em outros casos, o sujeito oculto ocorreu em primeira pessoa do plural, caracterizando o falante como co-autor da inferência. O CE como objeto ocorreu, em sua grande maioria, na forma finita, como (6). Em duas das cinco ocorrências de CE na forma não-finita, o infinitivo pode ter sido usado como uma forma de não se repetir a desinência de pessoa no verbo do CE, como vemos em (7):

- (7) *Acreditamos*, com este trabalho, ter esclarecido que o constituinte Tema, da perspectiva da Gramática Funcional de Dik, vai além do que se tem denominado constituinte deslocado à esquerda e que não deve ser confundido com o Foco nem com o Tópico, funções pragmáticas pertencentes à predicação. (A)

Na ocorrência a seguir, ao contrário, o escritor optou por usar o infinitivo pessoal:

- (8) No espírito da proposta de Schiffrin (1994), *creio* poderemos distinguir um nível de estruturas discursivas, entendidas também como modos de organização de informação, que representariam as potencialidades da língua, as rotinas retóricas ou formas convencionais que o falante tem à sua disposição na língua quando quer organizar o discurso. (A)

Em (8), ocorre um jogo de comprometimento e descomprometimento interessante. Por um lado, o falante marca como sendo somente sua a inferência exposta no CE por meio do evidencial em primeira pessoa do singular (“creio”). No entanto, o infinitivo pessoal em primeira pessoa do plural qualifica a afirmação encaixada como possível de ser feita por todos (ou pelo menos por escritor e leitor). Por outro lado, a expressão inicial “No espírito da proposta de Schiffrin (1994)”, que tem como escopo a

construção complexa como um todo, descompromete o falante da responsabilidade em relação à afirmação posta no CE. É como se o falante inferisse com o respaldo de um outro autor e, na possibilidade de a inferência do falante estar errada, não recairia sobre ele a culpa por tal erro.

Quanto às relações entre orações matriz com predicados que codificam inferências e suas orações complemento, observamos que a natureza argumental do CE depende, antes de qualquer coisa, da opção pelo predicado encaixador. Um predicado do tipo “acreditar”, como vimos anteriormente, implica o CE na posição de objeto e na explicitação da fonte da informação apresentada como uma inferência da entidade codificada pelo sujeito do verbo (o falante). O predicado “parecer”, como veremos a seguir, implica necessariamente o CE na posição de sujeito, podendo apenas haver a explicitação da fonte da informação/inferência, no caso o próprio falante, por meio de recursos como o pronome oblíquo “me”, como aconteceu uma única vez em nosso cópulus, ocorrência apresentada em (9), ou o acréscimo do sintagma “para mim”, que não foi encontrado em nosso cópulus, mas é criado em (9a):

(9) *Parece-me* que, em vários casos, esta reversão, em sentenças descontextualizadas, é potencialmente possível, a maior ou menor facilidade de inversão decorrendo de fatores diversos. (A)

(9a) *Parece, para mim*, que, em vários casos, esta reversão, em sentenças descontextualizadas, é potencialmente possível, a maior ou menor facilidade de inversão decorrendo de fatores diversos.

Todas as ocorrências de inferências com CE na posição de sujeito dizem respeito ao predicado “parecer”. A realização preferida para o complemento desse tipo de predicado é a não-finita; assim é que apenas dois dos 51 casos apresentam-se na forma finita com complementizador, um deles exemplificado em (9), exposto acima, e o outro trazido a seguir, em (10):

(10) Assim, *parece* que a conjugação desses fatores prepararam o fungo vegetativamente para a reprodução. Nesse contexto, Lilly & Barnett afirmaram que uma das principais funções da fase vegetativa é o armazenamento de energia a itr oportunamente empregado na fase seguinte, a reprodução. (N)

Tendo em vista o padrão funcional interno de constituintes da oração matriz e da oração encaixada, como apresentado em Gonçalves (2003, p.133), podemos representar a ocorrência anterior da seguinte forma:

(10a) [ $\emptyset$ ]<sub>(P1)</sub>  $\emptyset$ <sub>(S)</sub> *parece*<sub>(V)</sub> [[*que*]<sub>(P1)</sub> [*a conjugação desses fatores*]<sub>(S)</sub> [*prepararam*]<sub>(V)</sub> [*o fungo para reprodução*]<sub>(O)</sub>]<sub>(S)</sub>

Percebemos, com essa representação, que a ordenação dos constituintes dentro do CE finito obedece à ordem canônica do português, (P1) (S) V (O), o que não acontece com as ocorrências de “parecer” com complementos não-finitos. Neste último caso, é muito comum a atuação do princípio de Realce Pragmático [*Pragmatic Highlighting*] (DIK, 1997, p.437), como vemos em (11):

(11) A distribuição dos dados do português oral *parece* corroborar esta hipótese. (A)

Em (11), vemos que o sujeito do CE é colocado no domínio da construção matriz. A esse respeito, Gonçalves (2003, p.134) afirma que “o padrão de ordenação da

[oração] encaixada em relação à matriz depende da realização finita ou não-finita da oração encaixada”; assim, em casos de “parecer” com complemento não-finito, o sujeito do CE encaixado é colocado na posição P1 da oração matriz. Como vemos representado abaixo:

(11a)[A distribuição dos dados do português oral]<sub>(P1)</sub> parece<sub>(V)</sub> [[corroborar]<sub>(V)</sub> [esta hipótese]<sub>(O)</sub>]<sub>(S)</sub>

Nesse caso, observamos que o sujeito do CE recebe a função pragmática de Tópico<sup>3</sup> e é colocado na posição P1 da oração matriz. A recorrência de tal fenômeno pôde ser claramente observada em nossos dados, uma vez que apenas seis casos do total de 49 ocorrências de complementos não-finitos encaixados no predicado “parecer” não apresentam o sujeito do CE como Tópico no domínio do predicado matriz. Mesmo nesses seis casos, o sujeito do CE não aparece na posição canônica, isto é, antes do verbo da oração encaixada, como podemos ver abaixo:

(12)*Parece* ter tido início nessa época (década de 1960) a deriva semântica do formativo tele-: telecinema (tele(visão) + cinema), tele-microfone (tele(fone) + microfone), telerradiofonia (tele(grafia) + radiofonia). (A)

Esse caso ilustra que o sujeito do CE não-finito, quando não posicionado em P1, no domínio do predicado matriz, ocupa a posição de Antitema<sup>4</sup> do CE. Tanto os casos de Realce Pragmático como os casos de sujeito na posição de Antitema comprovam que seria pouco natural que o sujeito de complementos não-finitos encaixados no verbo “parecer” viesse anteposto ao verbo não-finito, como seria o caso na paráfrase abaixo:

(12a) *Parece* a deriva semântica do formativo tele- ter tido início nessa época (década de 1960) telecinema (tele(visão) + cinema), tele-microfone (tele(fone) + microfone), telerradiofonia (tele(grafia) + radiofonia).

Outro fator que pode estar subjacente a esse estranhamento em relação à colocação do sujeito antes do verbo não-finito, no domínio da CE, é a grande semelhança entre a construção “parecer + infinitivo” e as perífrases verbais, que não aceitam constituintes entre o auxiliar e o verbo principal. Tal semelhança, inclusive, parece ser o fator determinante para que, em alguns casos, o verbo “parecer” concorde com o sujeito plural realçado, como vemos em (13):

(13) As técnicas de bandas C e a de impregnação pela prata podem marcar a mesma região cromossômica e, em alguns casos, *parecem* ser equivalentes. (N)

Mesmo quando o sujeito composto realçado encontra-se longe do predicado “parecer”, como ocorre em (13), há concordância entre eles. Foi observado, em nosso corpus, que em todas as ocorrências em que o sujeito realçado está no plural (3ª pessoa), o verbo “parecer” vai para o plural e o verbo do CE permanece no infinitivo impessoal, como acontece nas perífrases verbais de infinitivo.

Como podemos observar na Tabela 2, nos dois únicos casos de evidencialidade de domínio comum com predicados de atitude proposicional, o CE ocorreu na função de objeto:

(14) Devido às excelentes propriedades teóricas e práticas da análise Bayesiana, *acredita-se* que a mesma tornar-se-á rotineira na área de genética quantitativa, transformando-se no procedimento padrão para a estimação de componentes de variância e de valores genéticos. (M)

Nesse caso, o sujeito está indeterminado pelo índice de indeterminação do sujeito, mas a fonte da informação contida no CE na posição de objeto não está totalmente indeterminada, uma vez que, por meio do contexto mais amplo percebe-se que tal informação é atribuída ao domínio comum.

Por fim, em todos os casos de evidencialidade relatada definida codificados por predicados de atitude proposicional, o CE encontra-se na função de objeto, como ilustra a ocorrência a seguir:

- (15) *Brito (apud Jorge, 1994) considera* que a organização das atividades educacionais constitui livre associação do ensino com as diferentes realidades existentes, sendo ele, o ensino, trampolim da ciência teórica para a ciência aplicada. (A)

Nesse subtipo de evidencialidade, a função argumental de sujeito é reservada exclusivamente para a explicitação da fonte (diferente do falante e definida) da informação que vem no CE.

#### **4. Considerações Finais**

A partir dos resultados obtidos, podemos fazer algumas considerações acerca dos evidenciais codificados por predicados de atitude proposicional no discurso científico primário. Do ponto de vista sintático-semântico, depreendemos que o subtipo de evidencialidade correlaciona-se com o tipo de predicado de atitude proposicional e a natureza argumental do CE. Assim, não houve codificação de evidencialidade atestada e evidencialidade relatada de fonte indefinida por predicados de atitude proposicional. Tendo em vista que os predicados de atitude proposicional implicam em atividade mental, e não visual ou auditiva, não seria possível a codificação de evidencialidade atestada por meio desse tipo de predicado. Nos casos em que houve uma indefinição da fonte, o contexto mais amplo deixou claro que se tratava de uma informação do domínio comum e não de uma informação cuja fonte era desconhecida.

Com relação à natureza argumental dos CE, constatou-se que eles ocorrem exclusivamente na função de objeto quando se utilizou evidencialidade relatada de fonte definida e de domínio comum. No primeiro caso, a função de sujeito fica reservada para a explicitação da fonte da informação, no segundo, a função de sujeito não é preenchida formalmente, o que não acarreta indefinição da fonte, que é amplamente conhecida. Na codificação da evidencialidade inferida, os CE ocorreram tanto na função de sujeito quanto na função de objeto. O tipo de predicado encaixador interferiu na função de seus argumentos: predicados como “crer” e “acreditar” implicaram no CE em função de objeto com a explicitação da fonte da inferência (o falante) na função de sujeito, enquanto o predicado “parecer” encaixou seus complementos exclusivamente na função de sujeito.

#### **Notas**

<sup>1</sup>Cf. Vendrame (2005) para um estudo detalhado dos diversos tipos de predicados encaixadores evidenciais no discurso científico primário.

<sup>2</sup>Os dados apresentados nesta seção foram extraídos de artigos científicos primários publicados em três revistas da editora da UNESP: *Alfa-Revista de Lingüística*, *Naturalia*

e *Matemática e Estatística*. As letras A, N e M, que seguem as ocorrências remetem, respectivamente, a essas revistas.

<sup>3</sup>Entendemos por Tópico o ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico, sobre o que se fala, conforme Dik (1997).

<sup>4</sup>Entendemos por Antitema (*Tail*) um constituinte ulterior à predicação, uma informação especificada para esclarecê-la ou modificá-la, conforme Dik (1997).

### **Referências bibliográficas**

BOTNE, R. Evidentiality and epistemic modality in Lega. *Studies in Language*, v.2., n.3, p.509-532, 1997.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. *Evidencialidade e modalidade: forma e função*. (Relatório de pesquisa). São Paulo: FAPESP, 2001.

DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Part II: Complex and derived constructions. 2nd.ed. N.Y.: Mouton de Gruyter, 1997.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. 250 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos Lingüísticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VENDRAME, V. *A evidencialidade em construções complexas*. São José do Rio Preto, 2005, 115p. Dissertação (Mestrado em Análise Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Câmpus de São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, v.12, 1, p.51-97, 1988.